

A performance Bancária sobre o consumo das Famílias na pandemia

Elton Corrêa de Souza¹

Hevellyn Camille da Silva²

João Victor Mota Ferreira³

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 desencadeou uma série de efeitos adversos na economia, com especial ênfase na queda drástica do emprego e da produção nacional. Diante desse cenário, marcado pela fragilidade econômica, de acordo com a teoria de Minsky era esperado que os bancos e outras instituições financeiras adotassem uma postura mais conservadora, priorizando a liquidez. Isso ocorre, porque a política de expansão do crédito em um ambiente de instabilidade pode acarretar no prejuízo financeiro dos bancos, haja vista que os registros históricos denotam que em períodos de crise os agentes têm menor capacidade de honrar com suas obrigações financeiras.

Portanto, para preservar a própria estrutura patrimonial contra altos níveis de endividamento, era esperado que os bancos seriam mais restritivos, atuando de forma pró-cíclica. Isso se manifestaria em uma maior restrição na concessão de crédito, com critérios mais rigorosos de seleção; na aplicação de taxas de juros mais elevadas; e no aumento das provisões para devedores em situação duvidosa. A abordagem dos bancos por um lado, em contraste ao esperado, foi o aumento expressivo da concessão de crédito, privilegiando especialmente as famílias e pequenas e médias empresas. Essa postura se deve, por um lado, à própria dinâmica competitiva dos bancos, diante do aumento da demanda por crédito. Por outro, houve medidas governamentais como a MP 958 de 2020, que incentivaram essa postura bancária para mitigar os efeitos negativos sistêmicos que a fragilidade financeira poderia acarretar na economia.

¹ Graduando em Ciências Econômicas na UFRRJ.

² Graduanda em Ciências Econômicas na UFRRJ.

³ Graduando em Ciências Econômicas na UFRRJ.

Entretanto, também se verificou uma elevação das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras em praticamente todas as modalidades de crédito, sobretudo nas mais arriscadas do ponto de vista do demandante do serviço. Mesmo após os momentos mais delicados da crise sanitária, em junho de 2021, o nível de ocupação inicia uma tendência ascendente, porém a renda média das famílias continua em níveis baixos, o que ainda denota uma necessidade conjuntural do crédito para manter o consumo de subsistência. Os bancos mantiveram essa postura que conjuga expansão de crédito com elevação das taxas de juros durante todo o ano de 2021 e 2022.

Diante dessa situação, surge uma indagação crucial: qual é a viabilidade de buscar rentabilidade através de uma abordagem tão agressiva como a ampliação da disponibilidade de crédito, especialmente em um contexto de estagnação econômica? Esse questionamento, que permeou toda a análise, levanta a possibilidade de uma eventual deterioração da solidez financeira das instituições bancárias em um horizonte de longo prazo. Este trabalho está dividido em 3 seções: A primeira trata da concepção teórica de Minsky da hipótese de fragilidade financeira. A segunda seção mostra o sensível quadro econômico Brasileiro, ressaltando o nível de ocupação, comprometimento da renda das famílias com serviços da dívida e a taxa de crescimento do endividamento. Finalmente, na terceira seção mostra a conduta e o alto desempenho das instituições financeiras diante de uma economia estagnada.

1. Hipótese de Fragilidade Financeira

Em períodos de estabilidade econômica, acompanhado de crescimento econômico e otimismo financeiro, os agentes econômicos tenderão a se arriscar mais e a buscar estruturas financeiras cada vez mais ousadas e com margens de segurança menores. Esse é o embrião da hipótese de fragilidade financeira (HFF) de Minsky.

O ambiente de redução das incertezas que acompanha o crescimento leva à queda da baixa preferência pela liquidez e se manifesta entre os agentes econômicos pela alocação de ativos em alternativas que tragam maiores benefícios, ou seja, alternativas mais rentáveis, e, assim, reduzirão a participação de seus ativos mais líquidos, tais como aplicações de curto prazo e dinheiro, no seu portfólio. Ademais, na medida em que as condições de crédito melhorarem, procurarão financiar seus ativos com maior participação de financiamento externo (MINSKY, 1982).

A liquidez bancária, visto sobre essa ótica, é um atributo importante da economia capitalista e, por esse meio, os agentes conseguem sanar suas obrigações financeiras não somente por meio de suas receitas, lucros e salários, mas também mediante a renegociação constante de novas dívidas (MINSKY, 1982, 1986). Entretanto, conforme aponta Freitas (1997), esse arranjo suscita a criação de estruturas patrimoniais progressivamente instáveis ao longo do ciclo econômico.

Conforme apontam Da Silva e Rodrigues (2022) “as estruturas financeiras se tipificam pela margem de segurança (MS_i) que cada agente econômico adota entre os compromissos financeiros contratados, a saber, amortizações (A_i) e juros (J_i) e a renda (antes das despesas financeiras) (LO_i)” Onde:

$$MS_i = LO_i - J_i - A_i$$

De acordo com Paula e Alves Jr (2003, p.):

“Unidades classificadas como hedge adotam posturas financeiras conservadoras, i.e., são aquelas em que as margens de segurança entre lucros e compromissos financeiros são suficientes para garantir que, em todos os períodos futuros, os lucros superam as despesas com juros e o pagamento de amortizações. Unidades especulativas mantêm margens de segurança menores que as unidades hedge, pois especulam que não vai haver aumento nos custos financeiros a ponto de inviabilizar seus projetos. As unidades ponzi podem ser consideradas um caso extremo de unidades com posturas financeiras especulativas. No futuro imediato, seus lucros não são suficientes nem mesmo para cobrir o valor dos juros devidos, tomando necessário tomar recursos adicionais emprestados para que a unidade possa cumprir seus compromissos financeiros”

A designação dessas estruturas financeiras é importante para o melhor entendimento da HFF que pode ser materializada da seguinte forma: Conforme os agentes econômicos dessa economia venham a tomar atitudes mais ousadas em prol de maiores lucros, os gastos globais aumentam, como também crescem, em consequência, não apenas as empresas, mas, também, a geração de emprego e de renda, criando um clima de prosperidade. Em contrapartida da maior ousadia e da prosperidade, a economia fica amparada em posturas financeiras cada vez mais exposta aos riscos financeiros ao aumento dos ativos menos líquidos e ao endividamento (nesse ponto, as estruturas financeiras hedge, vão gradualmente se tornando estruturas financeiras especulativa e, no limite, Ponzi). De fato, a ousadia financeira chega ao

ponto de estabelecer um vínculo de dependência financeira entre bancos e firmas que se aprofunda, como no caso de posturas financeiras que pressupõem refinanciamentos contínuos. Em função dessa ousadia financeira, as empresas se tornam menos resistentes a choques econômicos, tais como um aumento da taxa juros, à política fiscal recessiva ou mesmo a choques exógenos de outras ordens. Minsky (1982, 1986) verá nesse processo não um acidente, mas uma tendência inerente ao funcionamento de economias empresariais modernas⁴, ou, “Economia de Wall Street”, como comumente as denominava para ressaltar o imbricamento das esferas econômica e financeira.

A HFF foi construída especialmente para mostrar contradições internas ao processo de acumulação de capital e explicar a instabilidade inerente da economia em função das formas como o investimento é financiado. Contudo, essa lógica pode ser ampliada para abarcar as relações financeiras modernas entre os bancos e as famílias. Assim, em períodos de crescimento, as instituições financeiras, que agem buscando ativamente oportunidades lucrativas, desejam financiar as famílias que estão em busca de ativos que possam lhes garantir uma ampliação de seu padrão de vida, ganhos de capital e aumento do seu padrão de consumo. Tal como no caso das empresas, o financiamento às famílias tanto permite que ascendam a níveis mais altos de consumo e que acumulem ativos, mas, também, as expõem financeiramente aos choques econômicos que antes não lhes atingiam diretamente (ALVES JÚNIOR et al, 2023). Alternativamente, especialmente diante dos choques econômicos que prejudicam as atividades e aumentam o peso da incerteza nos cenários econômicos, as instituições financeiras tenderão a adotar um comportamento mais conservador, exibindo maior preferência pela liquidez. Elas serão mais seletivas para conceder crédito e diminuirão a participação de ativos com altos riscos e menos líquidos em seu portfólio em prol de ativos mais líquidos, mesmo que menos rentáveis. Na medida do possível, procurarão conter sua alavancagem, aumentando o peso do patrimônio líquido no passivo. Para as empresas não-financeiras, os choques econômicos, em função de sua intensidade, também provocam mudanças de estratégia econômica. Responderão à queda das vendas tomando uma série de iniciativas moduladas pela gravidade das mudanças de seus cenários. Por exemplo, ajustarão o número de empregados e

⁴ O conceito de economia empresarial, ou economia monetária da produção, refletem o âmago de um paradigma alternativo ao neoclássico para definir uma economia capitalista. Na formulação de CARDIM DE CARVALHO (1992), consiste numa economia em que empresários decidem sob incerteza, em que a acumulação de ativos provoca efeitos financeiros e econômicos irreversíveis, em que os lucros em dinheiro são o objetivo das firmas, porque a moeda tem elasticidades de substituição e produção iguais a zero.

atrasarão os investimentos. As empresas, muito provavelmente, acionarão suas linhas de crédito pré-contratadas e tentarão renegociar dívidas.

No caso das famílias, segundo Alves Jr. e Pimentel (2023), uma mudança de conjuntura, dependendo de sua gravidade, as colocará em dificuldades, pois “enfrentarão a escassez e o encarecimento das operações de crédito – especialmente as mais pobres e as mais endividadas –, além do desemprego, o que as levará a cortar gastos, atrasar pagamentos, buscar fontes de financiamento alternativas e a se desfazer de ativos”. Os efeitos econômicos do ajustamento das famílias, superpostos aos ajustamentos dos bancos e das empresas não financeiras tende a piora o quadro econômico.

Esse marco teórico pode ajudar a jogar luz sobre o caso do Brasil, durante a pandemia, ainda que seja preciso considerar explicitamente que a economia brasileira não sofreu um choque econômico quando se expandia e que o cenário econômico melhorava. Por essa razão, o marco pós-keynesiano, empregado nesta pesquisa, se utiliza da tese de Barba e Pivetti (2009), que ressaltam a necessidade de busca de financiamento por parte das pessoas físicas em função da perda de renda.

De fato, a conjuntura econômica se aproximava mais que uma “estagnação” antes da pandemia. O nível de atividade vinha se arrastando desde a recessão econômica dos anos de 2015 e 2016, quando o PIB caiu aproximadamente 7%. Nos anos seguintes, no período Temer, as taxas de crescimento se situavam em torno de 1% a.a.. Em 2019, já sob a presidência de Bolsonaro, o desemprego se situava em 11,1%, e o crescimento do produto foi de 1,2% em relação ao ano de 2018 (NLTAHARA, 2021). Mas mais do que isso, o crescimento, trimestre após trimestre, dava claros sinais de diminuição, um período que chama atenção pela demora em recuperação da crise.

De acordo com estudo da FGV, “A atual crise econômica brasileira não encontra paralelo na história do país. Depois de dois anos consecutivos, 2015 e 2016, de forte contração do PIB, e outros dois, 2017 e 2018, de baixo crescimento, a economia encontra-se praticamente estagnada e flertando com a volta da recessão neste ano de 2019.” (PIRES, BORGES e BORÇA JR, 2019). A crise da COVID-19, iniciada em março de 2020, como se viu, acima, atingiu a economia brasileira em um momento de estagnação e sem um claro horizonte para os investimentos. O poder devastador da crise econômica-sanitária, que simultaneamente restringiu a oferta e a demanda (ver ALVES Jr. et all, 2021; FERNANDES et all, 2021) no

entanto, agravou sobremaneira esse quadro, levando a um grau de paralisia dos setores produtivos ainda não testemunhada não apenas no Brasil, como no mundo.

Diante dessa conjuntura dramática, o Banco Central (BACEN), que conduzia uma política monetária mais expansionista, baixou ainda mais a taxa SELIC para 2%, um recorde de piso de juros nominais no Brasil. A recessão foi ainda amenizada pela progressiva e incauta reabertura da economia, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2020.

Não obstante, além das transferências de recursos para os entes da federação, merece destaque a massa de auxílios concedidos aos menos favorecidos que montaram a quase R\$ 300 bilhões (em valores correntes), o equivalente a 4% do PIB e mais de 6% do consumo agregado (Ver CARVALHO, 2023). Nessa linha anticíclica, desde junho de 2020, o BACEN estimulou o crédito em geral, favorecendo especialmente as menores empresas com e sem esquemas de garantia governamentais. No caso das pessoas físicas (PF), as medidas de alívio regulatório e de estímulo ao crédito também lograram muito sucesso.

Assim, o crédito às PF com recursos 6 livres, depois de cair 5% em 2020, voltou a crescer rapidamente, aumentando 13% e 11% em 2021 e 2022, respectivamente. A partir do primeiro trimestre de 2021, contudo, a política monetária mudou de direção. A inflação e o descontrole cambial, além das pressões do mercado financeiro, como sempre, preocupado com o elevado déficit público e com o crescimento da dívida pública, foram as justificativas do BACEN para elevar aceleradamente as taxas de juros.

A partir daí, a SELIC subiu de 2% a.a. para 13,75%, já em agosto de 2022, aumentando mais de 6 vezes o valor de partida. Apesar da mudança de rumos da política monetária, a economia brasileira, a partir do fim de 2020, começa claramente a se recuperar, em que pese o fato de que isso não significa que tenha encontrado o caminho da retomada do crescimento.

No primeiro trimestre de 2021, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílios (PNAD), o número de desocupados vinha se reduzindo, entretanto, somente em dezembro de 2022, a massa de rendimentos reais habitualmente recebida recuperou o nível pré-pandemia, cerca de R\$2.810. Concluindo que, por mais que novas vagas tivessem sido criadas, elas foram em categorias com menores remunerações. Nesse ambiente de recuperação, mas com queda na remuneração média, havia indícios fortes de que muitas famílias poderiam contrair dívidas para tentar liquidar a sua situação financeira, *pari passu* com a queda do gasto com consumo e com investimento de natureza pessoal (aquisição de veículos, habitações e

ativos reais/financeiros), em nada contribuindo para a demanda pelo produto da economia e que as famílias mais pobres precisaram se endividar para comer (CNC 2021, 2022, Vasconcellos et all, 2022). Devido a essas condições, os bancos ajustam sua estrutura patrimonial para reduzir riscos, embora isso possa levar a resultados ruins no setor bancário, além de adotarem mais critérios para a concessão de crédito devido ao menor apetite por risco. Em crises, os bancos registram queda nos lucros, aumento nas provisões para perdas e mudanças em seus ativos.

No Brasil de 2020 a 2022, isso deveria ter ocorrido devido à estagnação econômica, mas evidências mostram que os bancos tiveram desempenho melhor do que o esperado pela teoria bancária. Esta pesquisa busca analisar, à luz da teoria pós keynesiana, as estratégias de gestão patrimonial, com ênfase na concessão de crédito, adotadas pelos bancos de varejo brasileiros, durante os anos de 2019 e 2022, ainda sob o impacto da COVID-19 e das políticas econômico/financeiras para compensar seus efeitos.

2. Endividamento, sustentabilidade e fragilidade financeira no Brasil da pandemia

As causas para o aumento do endividamento familiar, durante o período pandêmico da Covid-19, combinaram uma série de elementos. Na raiz desse aumento está o alto índice de desemprego e a queda da renda média dos trabalhadores. Onde, mesmo com novos empregos criados a partir de 2021, devido a ausência de vetores de crescimentos, predominaram os de baixa qualidade, apontados pelos dados de rendimento dentro da PNAD contínua.

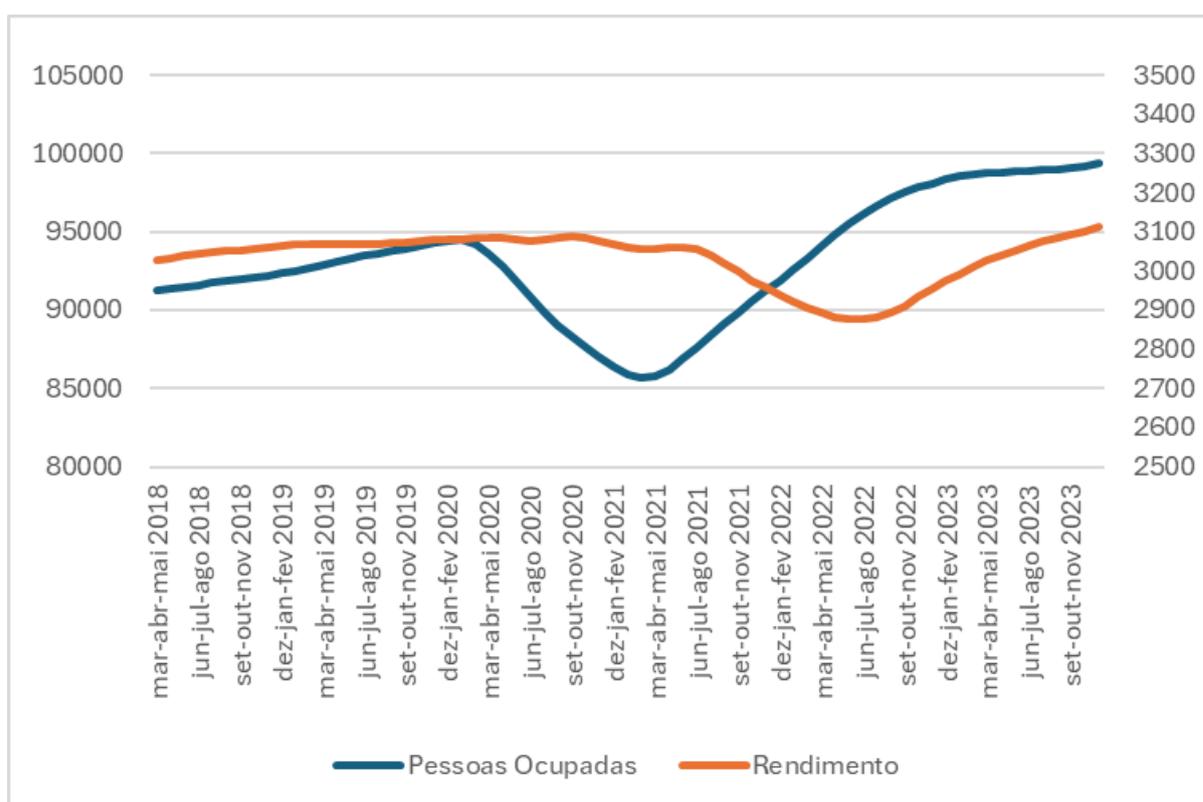
Outrossim, somado a queda da massa de rendimentos, outro fator que contribuiu para o aumento do endividamento familiar foi o aumento da expansão do crédito à Pessoa Física, em um momento que se mostrava, recorrendo às hipóteses de fragilidade financeira de Minsky, inadequado para os credores. VASCONCELLOS ET ALLI (2022) aponta alguns elementos que podem ter levado os bancos a aumentarem a concessão de crédito à Pessoa Física diante desse panorama dramático, sendo: i) a tendência à desintermediação financeira no país enfraqueceu a demanda das pessoas jurídicas por crédito, o que, por sua vez, levou os bancos a sujeitaram cada vez mais ao crédito às pessoas físicas; ii) a chegada das fintechs, disputando o mercado de pessoa física com os bancos tradicionais; iii) inovações regulatórias que acirraram a concorrência pelas operações de crédito já realizadas iv) medidas do BCB de combate a pandemia.

Diante desse cenário, emerge uma questão preocupante sobre se os bancos já alcançaram o limite máximo de exposição ao conceder crédito às pessoas físicas. Isso ocorre

porque, embora o mercado de trabalho esteja gerando empregos e a renda nacional disponível esteja crescendo em termos reais, as famílias ainda permanecem endividadas e a taxa de inadimplência continua elevada.

Endividamento as famílias

Gráfico 1: Pessoas ocupadas com rendimento (em milhares - eixo da direita) e Rendimento médio real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$ - eixo da esquerda)



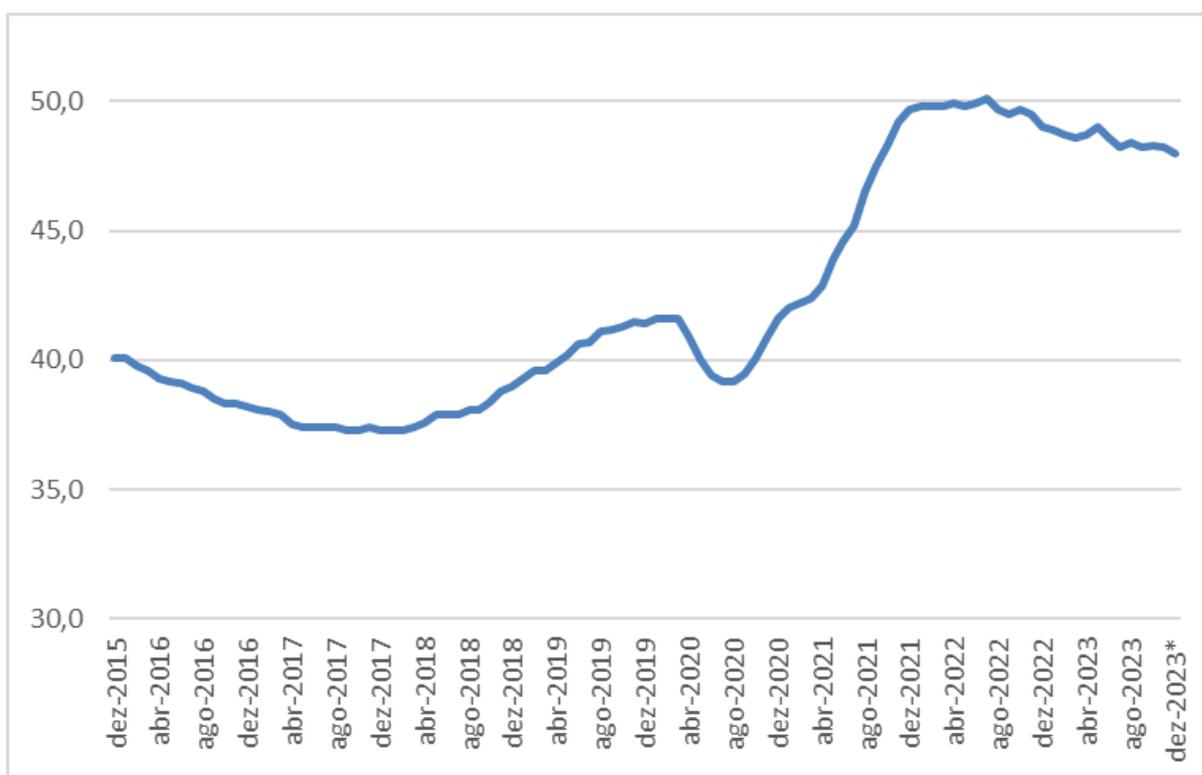
FONTE: PNAD

Desde o início da pandemia, as famílias têm recorrido ao crédito como forma de manter o seu padrão de vida, incluindo aquelas em situação de maior vulnerabilidade financeira, devido à perda de renda real que enfrentaram. De fato, a partir do quarto trimestre de 2020, embora o Brasil tenha começado a se recuperar das consequências econômicas causadas pela pandemia, não se vislumbra a abertura de uma nova fase de crescimento. O Gráfico 1, apresentado acima, elaborado com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ilustra que o emprego começou a se recuperar a partir de maio de 2021, no entanto, o rendimento médio real continuou em declínio até o último trimestre de 2022, impactado não apenas pela inflação, mas, principalmente pela criação de vagas com remuneração inferior àquela dos postos de trabalho

perdidos durante a pandemia. A massa de rendimentos reais dos trabalhadores permaneceu estagnada em um patamar inferior ao registrado antes do início da pandemia, tendo se equiparado a ela apenas no começo do último semestre de 2023..

O gráfico 2, apresentado com informações fornecidas pelo Banco Central, abaixo, ilustra de forma concisa a evolução do endividamento das famílias ao longo de dezembro de 2015 a dezembro de 2023. Nota-se que o endividamento manteve-se relativamente estável, situando-se em torno de 40% em 2017. Entretanto, a partir de 2018, começou a registrar um aumento gradual. Esse crescimento se acentuou significativamente durante o período de deterioração econômica, que teve seu início com a eclosão da pandemia de COVID-19 em 2020. Em agosto de 2021, o endividamento atingiu a marca de 50,1%, evidenciando a influência adversa dos eventos econômicos recentes sobre as finanças familiares.

GRÁFICO 2: Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)



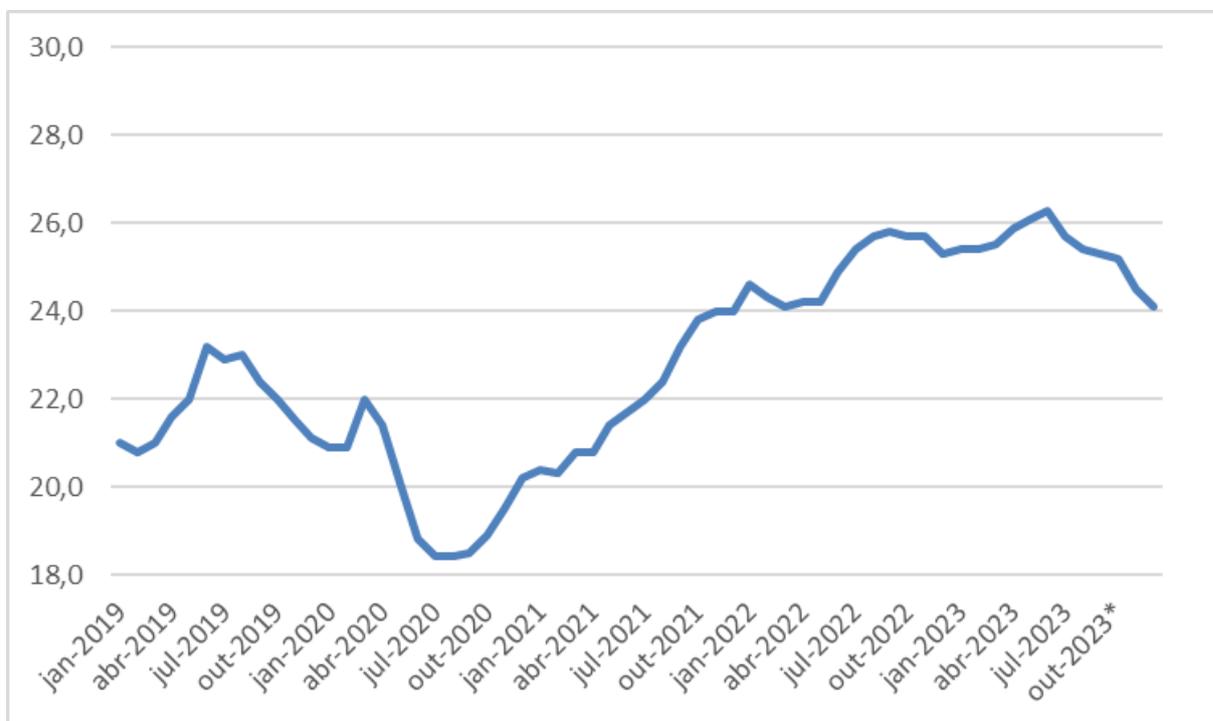
FONTE: Banco Central do Brasil

Os indicadores que retratam o comprometimento da renda pessoal com o pagamento de juros e amortizações da dívida confirmam a tendência observada nos dados de

endividamento analisados acima. Onde, após uma redução nos primeiros meses da pandemia, esse indicador experimentou um rápido crescimento (Gráfico 3, abaixo).

Em face desse contexto de redução de rendimentos, o SERASA apontou que as famílias aparentam estar recorrendo ao endividamento principalmente para manter seus gastos pessoais, do que para a acumulação de ativos financeiros. (SERASA, 2021 e 2022) Além disso, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Fecomércio, referente a junho de 2022, destaca que as dívidas contraídas em cartões e estabelecimentos comerciais têm sido predominantemente direcionadas para financiar suas necessidades básicas das famílias.

Gráfico 3: Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal (RNDBF) - %



FONTE: Banco Central do Brasil

A combinação entre a diminuição do rendimento médio real e o aumento do endividamento, voltado para a manutenção dos níveis de consumo, sinaliza um enfraquecimento das finanças pessoais das famílias e, conseqüentemente, eleva o risco para os credores.

Diante do aumento da inflação que se intensificou a partir do segundo semestre de 2020, o Banco Central tomou medidas reativas, iniciando em março de 2021 um processo de aumento constante da taxa SELIC, a qual subiu de 2% para encerrar o ano de 2021 em 9,25%, e chegando a 13,75% em agosto de 2022. Como resultado desse contexto, a taxa média de juros nas operações de crédito com recursos livres destinadas a pessoas físicas, conforme dados do Banco Central, registrou um crescimento significativo, passando de 30% em dezembro de 2020 para 37,6% em dezembro de 2021 e, finalmente, para 41% em agosto de 2022.

Em situações como essa, a vulnerabilidade das famílias às flutuações das condições de crédito emerge como um fator de considerável importância. Isso não apenas impacta o consumo agregado e o crescimento econômico do produto, mas também afeta diretamente as condições de vida de cada família em particular.

Em 2022, o governo federal implementou duas medidas que contribuíram para fortalecer o consumo das famílias, que já haviam sido beneficiadas por ações anteriores, como o Auxílio Emergencial em 2020 e o Auxílio Brasil em 2021. A primeira medida foi a liberação do fundo de garantia, permitindo que cada trabalhador recebesse até R\$1 mil, o que resultou em um aporte de aproximadamente R\$ 30 bilhões na economia nacional de abril a julho de 2022. A segunda medida consistiu na expansão do Auxílio Brasil em R\$200,00, estendendo-se até dezembro de 2022, além de outros benefícios concedidos a taxistas e caminhoneiros, representando um dispêndio adicional de aproximadamente R\$ 42 bilhões ao longo deste ano.

Essas medidas permitiram a manutenção do consumo e o fortalecimento da capacidade de pagamento das famílias, contrapesando a inadimplência e o aumento do endividamento a curto prazo. Além disso, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 1106/22, que ampliou o acesso ao empréstimo consignado, que anteriormente era restrito somente a aposentados, pensionistas do INSS e a servidores públicos, para aqueles que recebem o Benefício da Prestação Continuada ou o Auxílio Brasil.

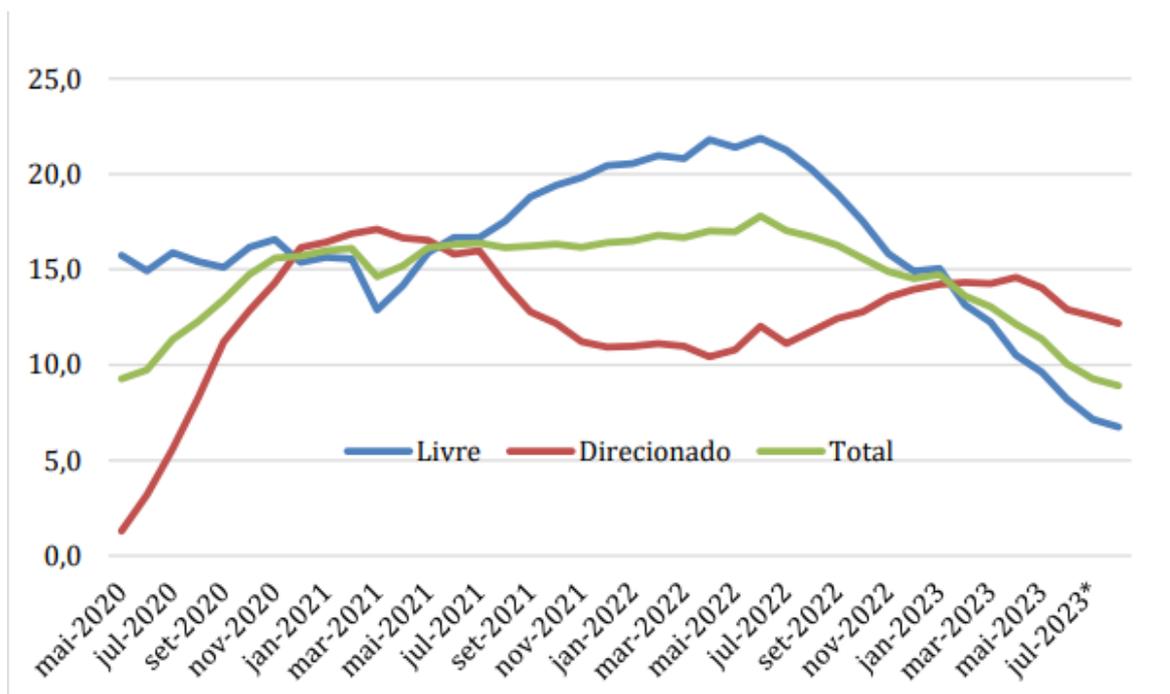
Expansão do Crédito à Pessoa Física

Em março de 2020, o crédito de pessoa jurídica, que vinha por momentos de contração, apresentou uma forte expansão ocasionado por medidas de combate aos efeitos econômicos da pandemia realizadas pelo Banco Central. Contudo, a partir de 2021, o crédito de pessoa jurídica

para de se expandir, retomando a padrões anteriores ao da pandemia e terminando o ano de 2021 sem crescimento real.

Enquanto o crédito à pessoa física, em 2020, vinha apresentando crescimento trimestral de 0,5 , e, em 2021, passa a ser o único impulsionador do crédito total crescendo em média, 0,75% por trimestre.

Gráfico 4: Crescimento real (%) do saldo da carteira de crédito – ao mês (média 12 meses)



FONTE: Banco Central do Brasil

A combinação entre a diminuição do rendimento médio real e o aumento do endividamento, voltado para a manutenção dos níveis de consumo, sinaliza um enfraquecimento das finanças pessoais das famílias e, conseqüentemente, eleva o risco para os credores

Diante do aumento da inflação que se intensificou a partir do segundo semestre de 2020, o Banco Central tomou medidas reativas, iniciando em março de 2021 um processo de aumento constante da taxa SELIC, a qual subiu de 2% para encerrar o ano de 2021 em 9,25%, e chegando a 13,75% em agosto de 2022. Como resultado desse contexto, a taxa média de juros nas operações de crédito com recursos livres destinadas a pessoas físicas, conforme dados do Banco

Central, registrou um crescimento significativo, passando de 30% em dezembro de 2020 para 37,6% em dezembro de 2021 e, finalmente, para 41% em agosto de 2022.

Em situações como essa, a vulnerabilidade das famílias às flutuações das condições de crédito emerge como um fator de considerável importância. Isso não apenas impacta o consumo agregado e o crescimento econômico do produto, mas também afeta diretamente as condições de vida de cada família em particular.

Em 2022, o governo federal implementou duas medidas que contribuíram para fortalecer o consumo das famílias, que já haviam sido beneficiadas por ações anteriores, como o Auxílio Emergencial em 2020 e o Auxílio Brasil em 2021. A primeira medida foi a liberação do fundo de garantia, permitindo que cada trabalhador recebesse até R\$1 mil, o que resultou em um aporte de aproximadamente R\$ 30 bilhões na economia nacional de abril a julho de 2022.

A segunda medida consistiu na expansão do Auxílio Brasil em R\$200,00, estendendo-se até dezembro de 2022, além de outros benefícios concedidos a taxistas e caminhoneiros, representando um dispêndio adicional de aproximadamente R\$ 42 bilhões ao longo deste ano.

Essas medidas permitiram a manutenção do consumo e o fortalecimento da capacidade de pagamento das famílias, contrapesando a inadimplência e o aumento do endividamento a curto prazo. Além disso, o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 1106/22, que ampliou o acesso ao empréstimo consignado, que anteriormente era restrito somente a aposentados, pensionistas do INSS e a servidores públicos, para aqueles que recebem o Benefício da Prestação Continuada ou o Auxílio Brasil.

Saldo total de crédito no sistema financeiro

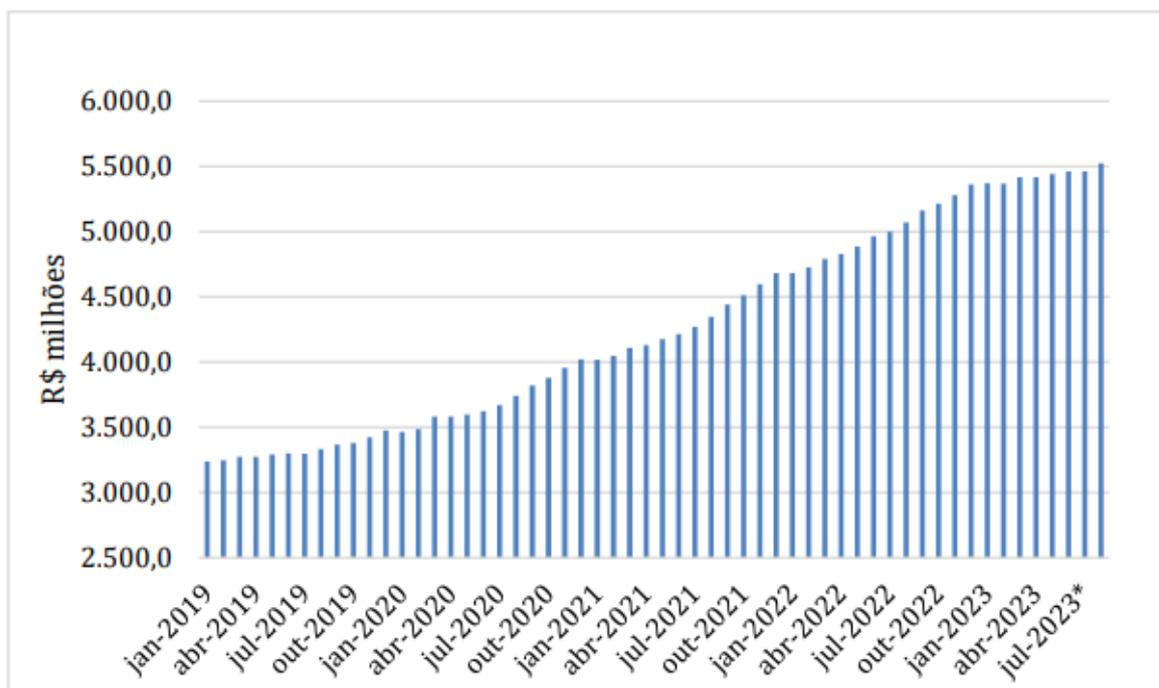
O saldo total de crédito registrou uma expansão média semestral de 5%, iniciando em 2017 com 1.538,0 bilhões e atingindo 2.010,4 bilhões em dezembro de 2019. No primeiro semestre de 2020, em meio à pandemia da Covid-19, o saldo de crédito apresentou um notável crescimento de 10% em relação ao semestre anterior, alcançando 2.114,4 bilhões, fechando o ano de 2020 com 2.319,2 bilhões

Em 2021, observou-se uma aceleração na expansão dos saldos de crédito, destacada pelo aumento de 13% no primeiro semestre, totalizando 2.465,0 bilhões, e encerrando o ano em

2.791,3 bilhões, representando um crescimento de 8% em relação ao primeiro semestre do mesmo ano.

No primeiro semestre de 2022, o saldo total continuou a sua trajetória ascendente, registrando um aumento de aproximadamente 8% em relação ao último semestre de 2021, alcançando 3.000,9 bilhões. O ano de 2022 fechou com um saldo de 3.185,2 bilhões, evidenciando um crescimento de 6%. Note que o ritmo de crescimento vem esmorecendo desde o fim de 2022.

Gráfico 5: Saldo total de crédito do sistema financeiro – análise semestral



FONTE: Banco Central do Brasil

Lucratividade bancária na pandemia em contraste com a fragilização financeira das famílias

Durante a pandemia, de 2020 a 2022, as famílias, diante do cenário econômico brasileiro fragilizado, se defrontaram com desafios agravados pela crise humanitária e sanitária, como desemprego elevado e queda da renda, ambos demonstrados nas seções anteriores. O período, ainda, abrange a aceleração inflacionária iniciada em junho de 2020, poucos meses após o início da pandemia. Em abril de 2022, o IPCA acumulado em doze meses registrava 12,1%, alcançando o seu maior valor registrado em quase duas décadas (IBGE).

O cenário adverso, ainda, produziu efeitos negativos quanto ao desempenho bancário, manifestadas, sobretudo, pelas medidas de contenção adotadas Banco Central do Brasil (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), sem as quais a liquidez seria expressivamente menor e, assim, incapaz de debelar o processo calamitoso em curso. Evitaria, então, com que houvesse restrição ampla de crédito.

O objetivo foi ampliar as condições de capital das instituições financeiras para fornecerem mais crédito, num momento de incerteza exacerbada. (DIEESE, 2021).

Entretanto, o retorno sobre o patrimônio líquido (Return on Equity – ROE), em 2020, desceu até 11,5%, o que é muito baixo diante dos padrões históricos (BACEN, 2020). O motivo determinante decorreu, principalmente, da elevação das despesas com provisões, (ver Gráfico 6, abaixo) para cobrir eventuais perdas devido a empréstimos não pagos face à atividade econômica baixa. Em contraste, no ano seguinte, especialmente depois das políticas de transferência de renda para as famílias, estimadas em mais de R\$ 500 bilhões em um semestre, a economia brasileira mostrou desempenho muito superior ao projetado no início da pandemia. A queda da inadimplência (ver Gráfico 7) contribuiu para esse resultado positivo, uma vez que, sem a necessidade do amparo do elevado nível de cobertura, propiciou a redução dos montantes de novas provisões (BACEN, 2021).

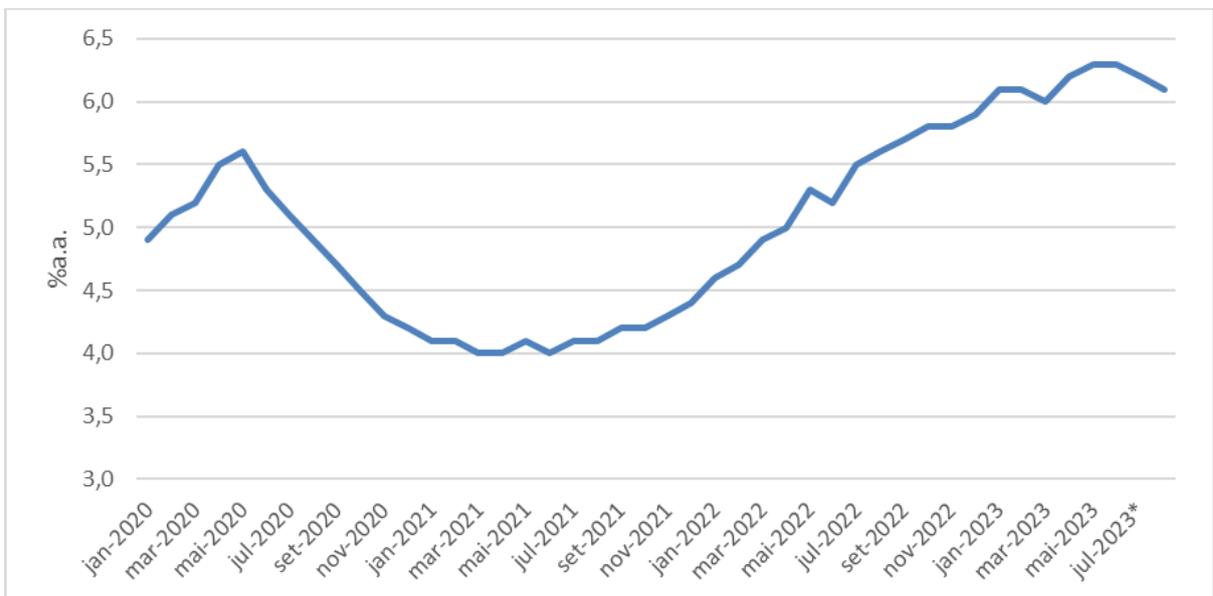
Dessa forma, em 2021, embora ainda diante dos efeitos da pandemia, a performance do sistema bancário foi caracterizada pela rápida recuperação, com ROE similar ao visto antes da pandemia. Para efeitos de comparação, o ROE do sistema, que em 2019 foi 16,5%; em 2021, 15,7% (BACEN, 2021). Essa melhora da atividade econômica favoreceu a demanda por crédito, o que explica em parte a larga expansão da oferta de crédito às pessoas físicas durante esse período. Como aponta o gráfico 8, a partir de meados de 2021, o saldo de crédito de pessoa física testemunha uma aceleração notável, o qual cessa apenas em meados de 2022.

GRÁFICO 6: Percentual do total de provisões em relação à carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional - %



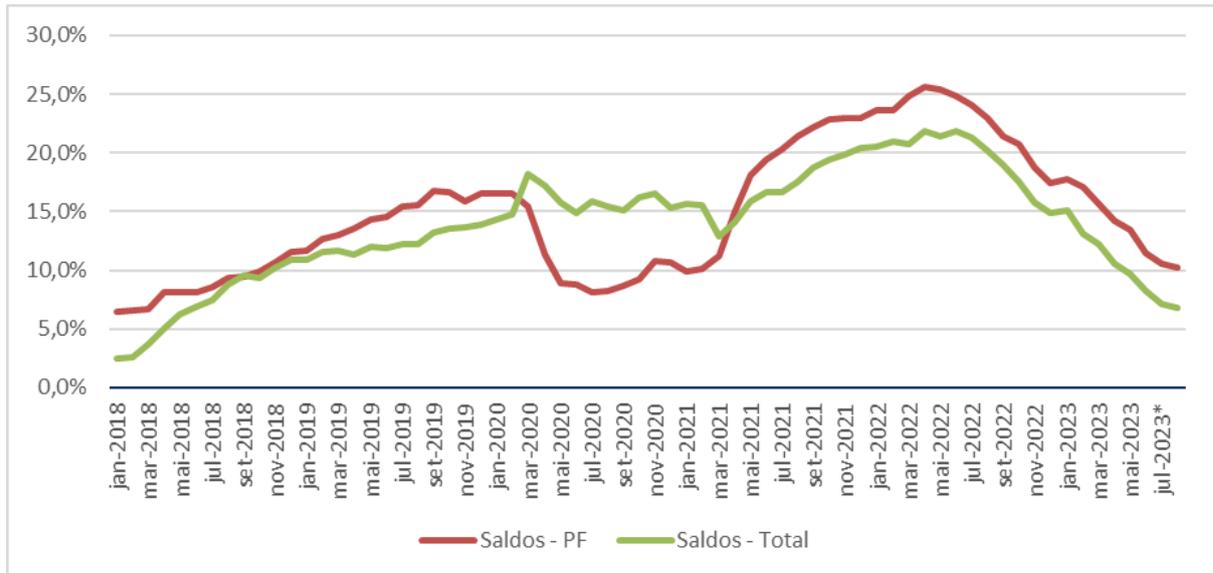
FONTE: Banco Central do Brasil

GRÁFICO 7: Créditos atrasados a 90 dias ou mais no total do saldo das operações financeiras com créditos livres para pessoas físicas - %.



FONTE: Banco Central do Brasil

GRÁFICO 8: Crescimento real (%) do saldo da carteira de crédito – ao mês (média 12 meses)



FONTE: Banco Central do Brasil

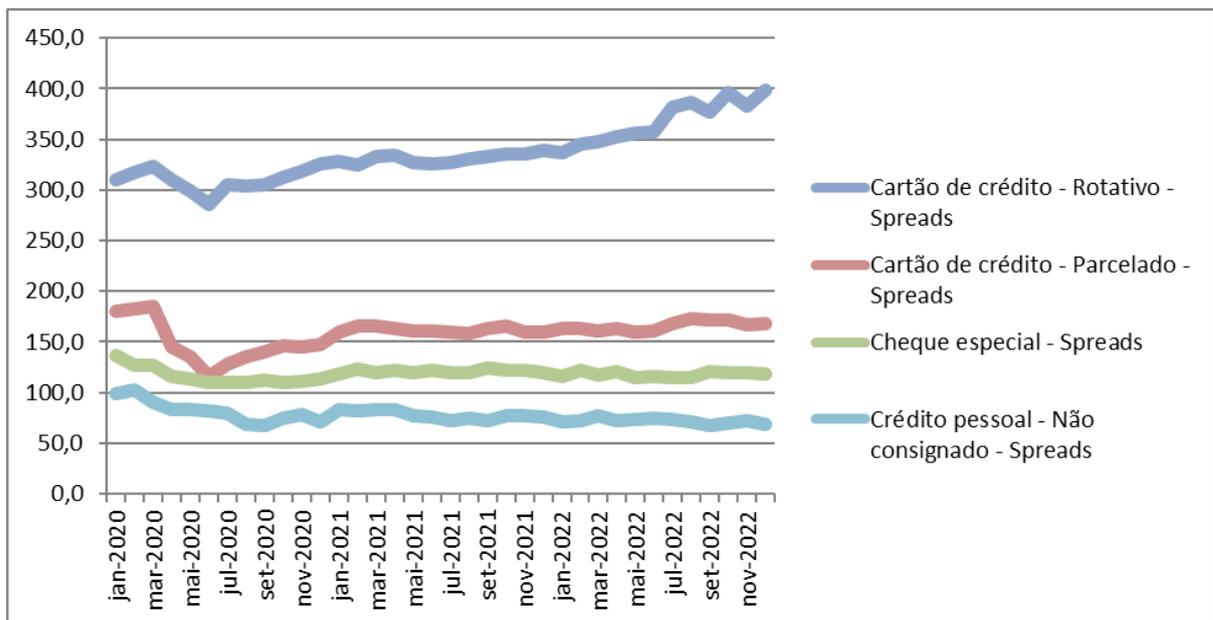
Porém, embora a melhora do cenário econômico em 2021 entregasse fôlego à estratégia adotada pelos bancos, em 2022, não foram capazes de contornar o aumento das despesas com provisões e os desvios estruturais da eficiência operacional do sistema. Esse ano, portanto, teve mínimo recuo em comparação com o ano anterior, resultando em uma queda de 1 p.p. (BACEN, 2022).

Com tudo isso posto, questões relacionadas à sustentabilidade desse processo de financiamento em larga escala e perseguição da lucratividade bancária são colocadas em evidência. No exercício de ilustrar possível cenário, espera-se que, na redução de empréstimos, além de iniciar um processo de fragilização financeira das famílias, podem afetar diretamente as variáveis reais da economia e, conseqüentemente, seus próprios indicadores financeiros.

Na breve análise de 2021, nota-se uma postura agressiva do sistema bancário. Apesar da propensão dos bancos à liquidez em ambientes adversos, a expansão da oferta de crédito, especialmente para pessoas físicas, foi evidente. Essa expansão, de outro modo, plantou crescente incerteza quanto ao funcionamento geral dessa estratégia face à capacidade reduzida de pagamento dos agentes econômicos. Para manter seu padrão de consumo, as famílias ajustaram suas carteiras, aumentando a posse de ativos de maior risco, como crédito rotativo e parcelado.

Paralelamente a isso, o comportamento dos juros bancários médios para as linhas de financiamento mais caras e de curto prazo de maturação foi de alta, acompanhando o forte aperto monetário promovido pelo Banco Central para controlar o processo inflacionário. Além disso, diante da elevada demanda por crédito bancário por parte dos agentes, as instituições financeiras, como estratégia competitiva, atenderam a crescente procura ao custo de elevação na inadimplência. Enfim, para contornar, os bancos elevaram os juros para aumentar o spread em todas as linhas de crédito, como se vê no gráfico 9.

GRÁFICO 9: Taxas médias de juros por modalidade descontadas ao CDI – Pessoas físicas (% a.a.)



FONTE: Banco Central do Brasil

CONCLUSÃO

A crise da Covid-19 teve um impacto significativo não apenas nos agentes não bancários, mas também nas instituições financeiras (IFs), como evidenciado pela queda acentuada nos lucros durante o epicentro da crise em dezembro de 2020, quando o retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) ficou notavelmente abaixo dos dados históricos, registrando 11,5%. Sob uma perspectiva minskyana, era esperado que os bancos adotassem uma postura restritiva na oferta de crédito em 2021, dada a instabilidade econômica e o histórico de baixa lucratividade em 2020. No entanto, os bancos optaram pelo caminho oposto, expandindo o crédito, inclusive para famílias de baixa renda e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs),

grupos historicamente mais propensos à inadimplência em momentos de recessão. Essa estratégia inicialmente pareceu arriscada, mas os bancos buscaram aproveitar a fragilidade econômica para seu benefício, aumentando a oferta de crédito e cobrando altas taxas de juros, ao mesmo tempo em que facilitavam a obtenção de empréstimos.

Esta abordagem resultou em um aumento significativo do lucro líquido dos bancos em 2021, 49% superior ao registrado em 2020. No entanto, em 2022, o ROE caiu para 14,7%, menor do que em 2021 (15,7%), devido a fatores como a contenção do crédito, o aumento da taxa básica de juros, o elevado nível de inadimplência e a ausência de políticas estruturais para aumentar a renda agregada. Esses desafios conjunturais levaram a uma mudança de viés para uma tendência mais conservadora na concessão de crédito por parte dos bancos, observada desde 2022.

Simultaneamente, o impacto econômico da pandemia agravou ainda mais o cenário econômico no Brasil, levando à implementação de medidas de transferência direta de renda, políticas fiscais expansionistas e estímulos ao crédito. Embora essas medidas tenham sido cruciais para sustentar o consumo das famílias e promover a recuperação do emprego, a ausência de políticas estruturais para aumentar o salário real dos trabalhadores ou reduzir a desigualdade de renda contribuiu para o aumento do endividamento das famílias e a ampliação do comprometimento de suas rendas com o pagamento de dívidas, resultando em um aumento significativo do custo da carteira do sistema financeiro em 2022. No entanto, em 2023, há sinais positivos de recuperação, com medidas para estimular a demanda e o emprego surtindo efeito, e os bancos públicos intensificando a concessão de crédito.

No entanto, os dados mais recentes indicam um aumento moderado, mas contínuo, da cautela das instituições financeiras em relação à concessão de crédito. A continuidade desse projeto permitirá uma melhor compreensão das estratégias bancárias e dos efeitos das políticas fiscal e monetária sobre o comportamento dos bancos e a sustentabilidade do crédito ao longo de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– a long-period analysis. *Cambridge Journal of Economics*, vol 33, 2009, pp 113-137

_____. Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro **Relatório de Economia Bancária**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>.

_____. Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro **Relatório de Economia Bancária**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>.

_____. **Estatísticas monetárias e de crédito**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>>.

<<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>> Acesso em: 12 jul. 2023.

ALVES JR, A.J.; DYMSKI, G.; PAULA, L. F. R. Banking Strategy and Credit Expansion: a Post Keynesian Approach. *Cambridge Journal of Economics*, 32, 2008. 395-420.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Portal IF.data. Disponível Em:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro **Relatório de Economia Bancária**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro Relatório de Economia Bancária. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BARBA, A.; PIVETTI, M. **Rising household debt: its cause and macroeconomic implications – a long-period analysis**. *Cambridge Journal of Economics*, vol 33, 2009, pp 113-137

BARBA, A.; PIVETTI, M. *Rising household debt: its cause and macroeconomic implications*

CARDIM DE CARVALHO, F.J. *Mr Keynes and the Post Keynesian – principles of macroeconomics for a monetary production economy*. Aldershot, UK, Brookfield: US. Edward Elgar, 1992.

CARVALHO, M. **“As variações das taxas de pobreza e de extrema pobreza no Brasil entre os anos de 2020 e 2021: uma análise preliminar”**, XXVIII Encontro Nacional de Economia Política - Ameaças à Democracia Brasileira no Século XXI: capital e desigualdades, 2023

CARVALHO, M. **“As variações das taxas de pobreza e de extrema pobreza no Brasil entre os anos de 2020 e 2021: uma análise preliminar”**, XXVIII Encontro Nacional de Economia Política - Ameaças à Democracia Brasileira no Século XXI: capital e desigualdades, 2023

CNC (Confederação Nacional do Comércio), PEIC Pesquisa do Endividamento e Inadimplência do Consumidor, junho de 2023, disponível em <https://static.poder360.com.br/2023/06/peic-endividamento-familias-CNC-maio-2023.pdf>.

DA SILVA, Hevellyn Camille; RODRIGUES, João Vitor Monteiro. **A expansão dos empréstimos às famílias em uma conjuntura de estagnação da renda pessoal é sustentável? O caso brasileiro pós-pandemia.**

DIEESE. **Desempenho dos bancos 2022**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2023/desempenhoDosBancos2023.html>

FREITAS, Cristina Penido. **A natureza particular da concorrência bancária e seus efeitos sobre a estabilidade financeira**. Economia e Sociedade, v. 6, n. 1, p. 51-83, 1997.

MINSKY, H. **Can IT Happen Again? Essays on Instability and Finance**. New York: M.E.Sharpe, 1982. _____ **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986. MINSKY, H. **Can IT Happen Again? Essays on Instability and Finance**. New York: M.E.Sharpe, 1982. _____ **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

NLTAHARA, Akemi. **IBGE: PIB cresceu 1,2% em 2019, chegando a R\$ 7,389 trilhões**. Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/ibge-pib-cresceu-12-em2019-chegando-r-7389-trilhoes#:~:text=Com%20a%20taxa%20de%202019,e%202016%2C%20segundo%20o%20IBGE..> Acesso em: 16 de setembro de 2023.

PAULA, L.F.R ; ALVES JR, A.J. **Comportamento dos bancos, percepção de risco e margem de segurança no ciclo minskiano**. Análise Econômica, 21(39). <https://doi.org/10.22456/2176-5456.10726>

PIMENTEL, D.; ALVES JUNIOR, A. J.; SILVA, H. C.; RODRIGUES, J. V. M. **A expansão dos empréstimos às famílias em uma conjuntura de estagnação da renda pessoal é sustentável?** O caso brasileiro pós pandemia In: Anais XXVIII Encontro Nacional de Economia Política, Maceió, 2023.

PIRES, M; BORGES, B. BORÇA JR., G. Por que a recuperação tem sido a mais lenta de nossa história?, Blog do IBRE/FGV, 01.08.2019. Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/por-que-recuperacao-tem-sido-mais-lenta-de-nossahistoria>.

RESUMO

A pandemia da Covid-19 instalou uma crise econômica sanitária desafiadora para a política pública ao redor do mundo. Ela deprimiu, de modo rápido e intenso, a oferta e a demanda agregadas. A elevada redução do emprego, a falência das empresas, a diminuição do investimento e o acentuamento dos indicadores de pobreza e extrema pobreza foram alguns dos efeitos colaterais das medidas sanitárias, que foram vitais para conter a difusão da doença. No Brasil, para atenuar as mazelas sociais, em março de 2020, foi aprovado pelo Senado o decreto de calamidade pública, que permitia a suspensão temporária das metas fiscais. Instituiu-se o “Auxílio Emergencial”, repasses adicionais foram feitos para o Ministério da Saúde e houve transferência de renda da União para os estados, mediante repasse direto e anistia de dívidas. Essas medidas foram de extrema importância para auxiliar a população mais economicamente vulnerável e manter o funcionamento da economia. No mesmo sentido, a elevação do crédito bancário tanto público como privado contribuiu para sustentar a combatida demanda e o emprego. Ocorre que, de acordo com a teoria financeira pós-keynesiana, em uma conjuntura adversa, de elevada incerteza, seria razoável esperar que as instituições financeiras privadas, guiadas pela lógica de mercado e pela busca de lucros, tivessem cortado o crédito (como, de fato, o fizeram, no início da crise) e não o expandido. Nesse sentido, esta pesquisa visa elucidar as principais razões que levaram as instituições financeiras a expandir seu crédito para as famílias ao longo dos anos que se seguiram à pandemia, avaliar sua conduta e desempenho, bem como identificar as transformações em suas estruturas patrimoniais.

Palavras-chave: Bancos, Endividamento, Crédito.

